



CONTRA

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

(PEC 287/2016)



editorial

Sindjus contra a Reforma da Previdência e o pacote de Sartori

Assim como nos meses finais de 2016, este começo de 2017 prevê importantes lutas para a classe trabalhadora. Tanto na esfera federal quanto estadual, os governos estão propondo projetos que atingem diretamente os servidores e os trabalhadores em geral, retirando direitos há muito conquistados.

No âmbito da União, a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) já tramita na Câmara dos Deputados. A proposta prevê, entre outros pontos, idade mínima de 65 anos para aposentadoria, tempo de contribuição de pelo menos 25 anos, chegando a 49 anos para aposentadoria integral. Os servidores públicos também serão afetados com o fim do regime próprio.

As mudanças propostas pelo governo de Michel Temer se caracterizam, na prática, como o fim da esperança de aposentadoria para boa parte dos brasileiros, em especial os menos favorecidos. Dessa forma, é essencial que movimentos sociais e entidades sindicais se unam para evitar este extremo retrocesso.

No Rio Grande do Sul, outra preocupação é a continuidade das votações do pacote do Executivo. Após aprovar 14 dos 15 projetos votados, incluindo a extinção de importantes órgãos, a Assembleia Legislativa deve retomar as apreciações em breve. Em dezembro, a única vitória do funcionalismo foi a reaprovação da PEC 260, que estabelecerá nova forma de repasse dos duodécimos aos demais poderes.

Na etapa seguinte, estarão em pauta a possibilidade de extinção da licença-prêmio assiduidade e do adicional por tempo de serviço, além da mudança na data de pagamento dos servidores e do fim da remuneração aos licenciados para representação sindical. Nesse contexto, ainda há muito pelo que lutar, a fim de barrar mais essas propostas que prejudicam os trabalhadores.

O Sindjus segue firme, junto às demais entidades, buscando fortalecer a união da classe trabalhadora e defender os interesses da nossa categoria, bem como das demais.

mudança

Projeto gráfico do informativo passa por alterações

Como é possível perceber, o "Lutar É Preciso" sofreu uma reformulação no que se refere à parte visual. O Sindjus solicitou a elaboração de um novo projeto gráfico, no intuito de modernizar o informativo e proporcionar um

melhor aproveitamento de espaços. Houve mudança tanto no formato quanto nas cores e fontes, entre outras.

Assim, espera-se tornar a leitura mais atrativa e agradável aos servidores do Judiciário gaúcho.



Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul - SindjusRS
Rua Quatro Jacós, 26, Menino Deus, Porto Alegre/RS - CEP 90150-010
Fone/Fax: (51) 3224.2452 - 3224.3730 - sindjus@sindjus.com.br

Diretoria Executiva:
Marco Aurelio Ricciardi Weber, Davi Pio da Silva dos Santos, Flávio Luís Souza Ribeiro, Ecláiza Luongo do Nascimento, Janice de Borja Pacheco, Márcio Cocco, Carmen Nadia Pereira Rosso, Edson Jose Busatto, Luiz Gonzaga Crespo Magalhães Junior, Geovana Zamperetti Nicoletto e Aguinaldo Caetano Martins

Jornalista responsável:
Camila Kila (MTB 16.064)
imprensa@sindjus.com.br

Projeto gráfico e diagramação:
Luís Gustavo Schuwartsman Van Ondheusden

Distribuição gratuita

sindjus.com.br | facebook.com/sindjus | twitter.com/sindjus

Impressão:
Gráfica e editora Solidus
Tiragem: 3.600 exemplares



SindjusRS
Sindicato dos Servidores
da Justiça do Rio Grande do Sul

lutas



Sindjus integra luta unificada contra a Reforma da Previdência

Integrado na luta contra a Reforma da Previdência, o Sindjus vem participando de diversas atividades conjuntas com outras entidades para unificar as ações a serem adotadas. Em 24 de fevereiro, os diretores acompanharam a reunião pública na Assembleia Legislativa onde foi lançado o Fórum Gaúcho em Defesa da Previdência Pública. O encontro reuniu, no Teatro Dante Barone, autoridades políticas, organizações e movimentos sociais que se opõem à PEC 287/2016, proposta pelo Governo Federal.

O evento foi coordenado pelo senador Paulo Paim (PT), que preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, pelo deputado federal Elvino Bohn Gass (PT), presidente da Frente Parlamentar Nacional em Defesa da Previdência Social Rural, pelo deputado estadual Altemir Tortelli (PT), que conduz a Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Previdência Social Rural e Urbana, e pelo presidente da ALRS, Edegar Pretto (PT).

Também estiverem presentes outros políticos, como o deputado federal Pompeo de Mattos, que assegurou a posição do PDT



Diretores participam de fórum em defesa da Previdência junto a outras entidades



Fórum Gaúcho em Defesa da Previdência Pública foi lançado na ALRS

de voto contrário à reforma. Entre as medidas apresentadas houve a sugestão para que cada município organize discussões locais sobre o tema, buscando o apoio dos vereadores para pressionar os deputados e senadores de seus partidos a fim de vetar a PEC no Congresso.

No dia anterior, os diretores Aguinaldo Martins, Eclaíza Nasci-

mento, Edson Busatto e Flávio Ribeiro compareceram à plenária de mobilização do Fórum em Defesa da Previdência, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe). A reunião ocorreu no auditório do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e contou com diversas entidades representativas do servido-

res públicos e privados. O intuito é promover a união do maior número de representações da classe trabalhadora a fim de barrar a Reforma da Previdência.

O Sindjus participou ainda de mais uma atividade do Fórum Permanente de Defesa da Previdência Social Pública Urbana e Rural, realizada na Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado (Fecosul). Junto a outras entidades, foram definidas algumas datas do calendário unificado de mobilizações contra a PEC 287.

Entre os protestos já acertados entre as entidades estão:

- **08/03** - Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência (ato público com protagonismo das mulheres);

- **10/03** - Nova reunião na Fecosul para detalhar próximas mobilizações;

- **15/03** - Indicativo de paralisação nacional contra a reforma;

- **24/03** - Mobilização de trabalhadores urbanos e rurais na Capital.

O Sindicato, assim que houver mais informações sobre os atos a serem realizados, convocará a categoria a reforçar o movimento.

Além do trabalho junto às demais entidades sindicais, o Sindjus também atua na frente política, em busca de apoio dos partidos contra a proposta, que tramita no Congresso. Nesse sentido, o coordenador-geral Marco Weber esteve reunido com o deputado federal gaúcho Afonso Motta (PDT) para tratar da pauta.

O parlamentar ressaltou que seu partido é contrário à PEC 287 e que sua posição na votação deverá seguir a orientação do PDT, que destacou "por ser trabalhista, não pode deixar de lado os interesses dos trabalhadores". O diretor Flávio Ribeiro conversou ainda com o porta-voz da Rede Sustentabilidade no Estado, Jorge Uequet, visando à obtenção de apoio do partido contra a proposta.

ENTENDA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA:**Idade de aposentadoria**

Como é: a soma da idade e do tempo de contribuição deve alcançar 85 anos para mulheres e 95 para homens. O fator previdenciário possibilita ainda a aposentadoria com 30 anos de contribuição para mulheres e 35 para homens.

Como ficará: a aposentadoria ocorrerá a partir dos 65 anos para ambos os sexos. A regra de transição para mulheres acima de 45 anos e homens com mais de 50 prevê um "pedágio" de 50% do tempo de contribuição faltante na regra atual. Assim, um homem de 52 anos, por exemplo, que já contribuiu por 34 anos precisará de mais um ano e seis meses para requerer a aposentadoria. Se não houvesse a mudança, ele se aposentaria em um ano.

Tempo de contribuição

Como é: 15 anos é o tempo mínimo hoje

Como ficará: 25 anos passará a ser o período mínimo a contribuir

Servidores públicos

Como é: possuem regime próprio, separado da previdência dos trabalhadores do setor privado. Parte das aposentadorias decorre das contribuições dos próprios servidores e outra parte do governo.

Como ficará: acabarão as diferenças entre o regime de previdência geral e o público.

* Pelas novas regras, o trabalhador terá que contribuir por 49 anos se desejar receber a aposentadoria integral. Assim, após a reforma, quem começar a trabalhar aos 21 anos só poderá se aposentar com 100% do valor aos 70 anos de idade.

* Não poderá haver acúmulo de aposentadoria e pensão por morte, devendo o beneficiário optar pela de maior valor.

Entidades obtêm suspensão da campanha da União sobre Reforma da Previdência

O Sindjus e mais oito sindicatos representativos de trabalhadores obtiveram êxito em ação civil pública ajuizada contra a União para suspender a publicidade governamental sobre a Reforma da Previdência. A juíza federal Marciane Bonzanini, da 1ª Vara Federal de Porto Alegre, concedeu liminar atendendo ao pedido da ação, em que Sindjus, Simpe, Sintrajufe, SindisPGE, Sindisaúde, Sindisprev, Sintest, Sindpers e Sindppd alegam que as peças da campanha do governo Temer não possuem caráter informativo, educativo ou de orientação social, conforme determina a Constituição.

Para as entidades, o objetivo da divulgação seria somente angariar apoio popular ao projeto por meio de mensagens que disseminam insegurança e temor, sem for-

necer detalhamentos sobre o teor da PEC 287/2016. Entre as peças da campanha estão algumas que citam a possibilidade de acabar com benefícios e aposentadorias caso a reforma não seja aprovada.

A magistrada atendeu à solicitação dos sindicatos, citando que a campanha se trata de "publicidade de programa de reformas que o partido político que ocupa o poder no governo federal pretende ver concretizadas" ao invés de publicidade de programas e serviços públicos. Conforme ela, esse tipo de divulgação poderia ser realizada pelo PMDB, sem o uso de verba pública. O pedido de tutela de urgência foi deferido, com a determinação para imediata suspensão da campanha em todo o território nacional. A pena para descumprimento é de R\$ 100 mil por dia.



Diretores em plenário com o deputado federal Pompeo de Mattos

Sindicato acompanha discussões sobre PEC 287/2016 na Câmara Federal

O Sindjus acompanhou os debates na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 14 de março, quando foram abordados temas como a Reforma da Previdência, entre outros de interesse público. O coordenador-geral Marco Weber e os diretores Aguinaldo Martins e Davi Pio estiveram presentes na sessão plenária, na reunião da bancada gaúcha, na sessão da Comissão Especial da PEC 287/2016 e ainda em um simpósio promovido para debater a proposta.

Os deputados federais Afonso Mota e Pompeo de Mattos, ambos do PDT, destacaram da tribuna a presença dos dirigentes, que atuaram dentro do plenário. Ao longo do dia, os re-

presentantes do único sindicato a presenciar os trabalhos na Câmara na ocasião dialogaram com os parlamentares, inclusive com Weber entrevistando os senadores gaúchos Paulo Paim (PT) e Lasier Martins (PSD), bem como deputados federais e estaduais que estavam no local. Os vídeos foram publicados na página do Facebook do Sindjus.

Nos contatos com os deputados e senadores, os diretores abordaram os prejuízos da proposta de reforma do governo federal, buscando apoio dos partidos para voto contrário. Também buscaram esclarecimentos sobre outros temas, como a Lei Kandir, de grande relevância para as finanças do Estado.



Sindjus esteve presente na reunião da bancada gaúcha



8 DE MARÇO
DIA DE LUTA
DA MULHER
CONTRA A REFORMA
DA PREVIDÊNCIA
(PEC 287/2016)

- *CONTRA o aumento da idade mínima para aposentadoria
- *CONTRA a equiparação entre homens e mulheres
- *CONTRA o aumento da idade para servidoras públicas

NÃO À RETIRADA DE DIREITOS DAS MULHERES!
NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!!



SindjusRS
 Sindicato dos Servidores
 da Justiça do Rio Grande do Sul

lutas

Mulheres devem se engajar por garantia de direitos

Aproveitando o ensejo do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, o Sindjus declarou a data como "Dia de luta da mulher contra a Reforma da Previdência". O objetivo foi alertar as servidoras sobre o impacto das mudanças propostas na vida das trabalhadoras.

O Sindicato convocou as servidoras a participar dos protestos e realizar atos nos foros. Em Porto Alegre a agenda do dia, organizada por movimentos sociais e entidades, contou com marchas, seminários e outras atividades.

O Sindjus esteve na Praça da Matriz recepcionando as trabalhadoras do Judiciário que compareceram. No Interior algumas Comarcas, como Lajeado, Passo Fundo e Santo Ângelo, promoveram protestos em frente aos locais de trabalho, entregando panfletos às mulheres a fim de esclarecer sobre o impacto da PEC 287/2016 em suas vidas.

Entre as alterações da Reforma da Previdência que afetam as representantes do sexo feminino estão:

continua na página seguinte



Em Passo Fundo, trabalhadoras realizaram ato em frente ao foro



Servidoras de Santo Ângelo distribuíram materiais sobre a Reforma da Previdência



Categoria aderiu ao movimento em Lajeado



Diretores do Sindjus e servidoras se mobilizaram na Capital

...continuação da página anterior

■ Aumento da idade mínima para aposentadoria

▶ Hoje as mulheres podem se aposentar aos 60 anos de idade se tiverem 15 anos de contribuição, ou antes, ao somarem 30 anos de contribuição;

▶ Com a reforma, 65 anos será a idade mínima para aposentadoria como regra geral, para ambos os sexos.

■ Aumento da idade para servidoras públicas

▶ Hoje as servidoras públicas podem se aposentar aos 55 anos de idade e 30 de contribuição;

▶ A partir da reforma, não haverá mais o benefício, pois o funcionalismo seguirá as mesmas regras que os trabalhadores privados.

■ Equiparação entre homens e mulheres

▶ Atualmente as mulheres têm o direito de se aposentar cinco anos antes dos homens;

▶ Com a mudança na legislação, todos deverão ter ao menos 65 anos de idade e 25 de contribuição para requerer aposentadoria.

Por terem jornada dupla, trabalhando fora e sendo comumente as responsáveis pelo cuidado com a casa e os filhos, além de receberem salários menores, o Sindjus entende que as mulheres fazem jus ao benefício de encerrar a vida profissional mais cedo.

Para garantir esse e outros direitos, é preciso o engajamento de todas. Por isso, venham para a luta, servidoras! E vamos juntos barrar este retrocesso proposto pelo governo federal!

Sindicato busca apoio de deputados contra o pacote

Desde o começo de janeiro o Sindjus retomou a busca por apoio de políticos dos diversos partidos contra o pacote de Sartori. Nesse sentido, os diretores vêm realizando visitas frequentes aos gabinetes, a fim de obter o voto contrário das bancadas aos projetos pendentes de apreciação.

Entre os parlamentares com os quais os dirigentes conversaram recentemente estão o presidente da ALRS, Edegar Pretto, e os líderes do PSOL, Pedro Ruas; do PV, João Reinelli; do PRB, Sérgio Peres; do PT, Stela Farias; do PDT, Eduardo Loureiro; do PPL, Bombeiro Bianchini, além dos deputados Nelsinho Metalúrgico (PT), Ciro Cimoni, Gilmar Sossella e Juliana Brizola (PDT). Eles também iniciaram um diálogo com o deputado Gabriel Souza, líder do Governo.

Todos os encontros foram construtivos e os deputados se mostraram receptivos às deman-

das do Sindicato. Pretto garantiu que as galerias estarão à disposição dos dirigentes e servidores durante as votações do pacote. Também se comprometeu a não

solicitar a colocação de grades nem a presença da Brigada Militar na Casa Legislativa, como ocorreu na primeira etapa de apreciação dos projetos do Exe-

cutivo, em dezembro. Os deputados Juliana, Ruas e Bianchini asseguraram votos contrários aos projetos do pacote que prejudiquem os servidores.



Diretores com os deputados Eduardo Loureiro, Stela Farias e Edegar Pretto

CONFIRA OS PROJETOS DO PACOTE A SEREM VOTADOS QUE AFETAM DIREITOS DO FUNCIONALISMO:

■ **PEC 242** - acaba com a licença-prêmio assiduidade do servidor estadual e cria a licença-capacitação.

■ **PEC 256** - trata da licença de representação sindical sem remuneração aos servidores estaduais.

■ **PEC 257** - revoga o artigo constitucional que estabelece o último dia do mês para pagamento dos servidores públicos, bem como a data de 20 de dezembro para o pagamento do 13º salário.

■ **PEC 258** - extingue o direito aos adicionais por tempo de serviço aos servidores estaduais.

demandas

Tribunal de Justiça regulamenta pagamento de plantões no 1º grau

O Tribunal de Justiça gaúcho emitiu a regulamentação da Lei 14.974/2017, que criou a gratificação dos plantões nos Serviços Auxiliares da Justiça de 1º Grau. As orientações foram repassadas pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) aos diretores dos foros em fevereiro e, posteriormente, publicadas em resolução disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (Edição 5980 Administrativa e Judicial - 06/03/17).

Os servidores devem buscar informações junto ao juiz responsável no seu local de trabalho, pois cada diretor define como ocorrerão os

plantões, quantos servidores o farão e com qual periodicidade. Ao realizar sete dias de plantão, o trabalhador informará se prefere receber o pagamento correspondente ou gozar um dia de folga. A remuneração será de R\$ 216,26 (comarcas de entrância inicial), R\$ 324,39 (entrância intermediária) e R\$ 432,52 (entrância final) por semana de atividade desenvolvida fora do horário de expediente. Os valores serão repassados no mês seguinte ao serviço extra (ao completar uma semana de plantão).

Eles já contam com o reajuste de 8,13% solicitado pelo Sindjus ao TJRS, conforme

índice de reajuste referente aos salários concedido em 2016. O § 1.º do artigo 2º da Lei 14.974/2017 diz que "A partir de 1.º de janeiro de 2016, os valores fixados serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices dos reajustes da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul".

A referida lei vigora desde o dia 3 de janeiro no Rio Grande do Sul. O benefício não será devido quando a comarca contar com Serviço de Plantão Permanente ou Autônomo instalado. O Sindjus já solicitou ao TJRS que a remuneração dos plantões seja estendida aos servidores de 2º grau.

Sindjus solicita chamamento de novos oficiais de Justiça

O Sindjus segue atuando no sentido de obter a reposição do maior número possível de oficiais de Justiça nas Comarcas do Estado. Isso se refere tanto aos cargos vagos como à criação de novas

vagas nos foros com maior volume de serviço.

Atendendo à solicitação da categoria, a diretoria encaminhou ofício à direção do Tribunal de Justiça, buscando esclare-

cimentos sobre as nomeações para o cargo relativas ao concurso vigente.

O certame, realizado no final de 2014, foi prorrogado até 2018. Mais de 3 mil candidatas foram

aprovados para o cargo, sendo que, nas três chamadas realizadas até outubro de 2016, houve a convocação de cerca de 120 servidores para assumir como oficiais de Justiça de 1º grau.

repúdio

Sindicato repudia nomeação de Alexandre de Moraes ao STF



Indicado por Temer ocupará vaga do ministro Teori Zavascki

O presidente Michel Temer anunciou a nomeação do até então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A posse foi marcada para 22 de março, quando passará a ocupar a vaga de Teori Zavascki, morto em janeiro em acidente de avião. Indicado por Temer, Moraes foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde foi aprovado, e depois teve ainda aprovação dos deputados em plenário.

O Sindjus RS expressa seu repúdio com a escolha de Moraes, que teve uma passagem conturbada pelo Ministério, sendo alvo de críticas em função de sua postura. A incompetência para lidar com a crise carcerária causou desgaste na imagem do ministro, mas não impediu que fosse a primeira opção de seu amigo pessoal, Temer.

Em sua tese de doutorado ele defendeu que, na indicação ao cargo de ministro do STF, fossem vedados os que exercem cargos de confiança "durante o mandato do presidente da República em exercício" para que se evitassem "demonstrações de gratidão política". Agora

pelo jeito mudou de ideia, como lhe convém.

Advogado e jurista, Moraes é filiado ao PSDB. Em seu escritório particular atuou na defesa do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em uma ação sobre uso de documento falso, onde conseguiu a absolvição do peemedebista.

Também consta como advogado em pelo menos 123 processos de uma cooperativa investigada por movimentações de lavagem de dinheiro e corrupção engendradas pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Movimentos sociais organizaram protestos em diversos estados contra a nomeação de Moraes no cargo. Um abaixo-assinado criado contra a indicação já conta com mais de 330 mil assinaturas.

O Sindicato entende ser inadmissível a nomeação de alguém com ligações duvidosas ao mais alto cargo do Poder Judiciário brasileiro. Assim, como entidade representativa dos servidores do Judiciário gaúcho, o Sindjus manifesta sua contrariedade à escolha de Moraes para o cargo de ministro do Supremo.

Já sei quem
vai pagar
a conta de
novo...



NÃO AO PACOTAÇÃO DE SARTORI!

NÃO À RETIRADA DE DIREITOS DOS SERVIDORES!